

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

ISSN: 2525-9571

Vol. 6 | Nº. 3 | Ano 2024

EIXO TEMÁTICO: PRÁTICAS INTERDISCIPLINARES E DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO

Vânia da Silva Ferreira

Universidade Federal de São Carlos (UFSCar)

vaniaferreira1209@gmail.com

A NEURODIVERSIDADE NA ESCOLA E A IMPORTÂNCIA DAS PRÁTICAS ARTICULADAS

Neurodiversity in schools and the importance of integrated practices

Resumo: A inclusão de estudantes neurodivergentes no ambiente escolar é uma questão que transcende a prática pedagógica convencional e atinge um patamar ético e social. Compreender e acolher a neurodiversidade é reconhecer que as variações cognitivas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, fazem parte da diversidade humana natural. O objetivo deste estudo é discutir a importância da formação continuada de professores e o papel dos profissionais de apoio escolar na inclusão efetiva de alunos neurodivergentes. A revisão bibliográfica se baseia na análise de práticos e explora a articulação necessária entre os diversos atores envolvidos na mediação escolar, desde o professor até os alunos e equipe pedagógica, com base na literatura atual sobre inclusão e neurodiversidade. Em suma, a neurodiversidade na escola requer um esforço coletivo e comprometido, onde a formação, a mediação e a adaptação de práticas pedagógicas se alinham para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo

Palavras-chave: educação especial; neurodiversidade; escola.

Abstract: *The inclusion of neurodivergent students in the school environment is an issue that transcends conventional pedagogical practice and reaches an ethical and social level. Understanding and embracing neurodiversity means recognizing that cognitive variations, such as Autism Spectrum Disorder (ASD), Attention Deficit Hyperactivity Disorder (ADHD), and dyslexia, are part of the natural human diversity. The aim of this study is to discuss the importance of ongoing teacher training and the role of support professionals in the effective inclusion of neurodivergent students. The literature review is based on practical analyses and explores the necessary collaboration among the various actors involved in school mediation, from teachers to students and the pedagogical team, drawing on current literature on inclusion and neurodiversity. In summary, neurodiversity in schools requires a collective and committed effort, where training, mediation, and the adaptation of pedagogical practices align to create a truly inclusive educational environment.*

Keywords: *special education; neurodiversity; school.*

1. Introdução

A inclusão de estudantes neurodivergentes no ambiente escolar é uma questão que transcende a prática pedagógica convencional e atinge um patamar ético e social. Compreender e acolher a neurodiversidade é reconhecer que as variações cognitivas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), o Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e a dislexia, fazem parte da diversidade humana natural. Essas diferenças não devem ser tratadas como desvios de uma norma a ser ajustada, mas sim como modos distintos de vivenciar e interpretar o mundo (Amaral, 2016). Nesse sentido, as escolas enfrentam o desafio e a responsabilidade de criar ambientes de aprendizado que respeitem e atendam às necessidades únicas de cada aluno.

O conceito de neurodiversidade sugere uma mudança de paradigma na forma como a educação enxerga o desenvolvimento cognitivo e comportamental. Em vez de rotular as condições neurodivergentes como "transtornos" a serem remediados, a neurodiversidade propõe uma visão mais inclusiva, na qual todas as formas de funcionamento cerebral são legítimas e merecem espaço nas práticas pedagógicas (Sasaki, 2006). Para que essa inclusão seja efetiva, é fundamental que a escola seja um espaço acolhedor, onde o aluno não apenas se sinta parte da comunidade escolar, mas onde suas necessidades sejam compreendidas e atendidas com sensibilidade.

A criação de um ambiente inclusivo passa, primeiramente, pela preparação adequada dos educadores. A formação continuada dos professores, capacitando-os para lidar com as particularidades de alunos neurodivergentes, é uma medida indispensável para garantir uma educação inclusiva de qualidade. Quando um professor conhece e compreende os princípios da neurodiversidade, ele está mais preparado para desenvolver estratégias pedagógicas adaptadas, que valorizem as potencialidades e respeitem os limites dos alunos (Marinho; Omote, 2017). Um exemplo prático disso pode ser o uso de instruções visuais para alunos autistas, permitindo que eles se organizem melhor no ambiente de sala de aula, ou a flexibilização do tempo para tarefas para estudantes com TDAH, de modo a respeitar seu ritmo de trabalho.

Além da formação docente, a inclusão de profissionais de apoio, como mediadores escolares, é crucial para o sucesso desse processo. Esses profissionais atuam como facilitadores, ajudando a criar uma ponte entre o aluno neurodivergente e o restante da turma, bem como entre o aluno e o professor. A presença de um mediador pode ser decisiva, especialmente nos momentos de maior desafio, como nas transições de atividades ou na socialização durante o recreio, onde as demandas sociais se tornam mais complexas. A literatura enfatiza a importância dessa articulação entre os diferentes profissionais da escola para o sucesso da inclusão (Ciríaco, 2020).

Outro aspecto central da inclusão de alunos neurodivergentes é a adaptação do currículo e das práticas pedagógicas. A inclusão vai além da mera presença do aluno na sala de aula; envolve adaptar o processo de ensino para garantir sua participação ativa no aprendizado (Brasil, 2008). Isso pode ser feito por meio de ajustes simples, como a

redução da quantidade de conteúdo por período, permitindo que o aluno tenha mais tempo para assimilar os conceitos, ou pela utilização de tecnologias assistivas que auxiliem no processo de aprendizagem.

É importante ressaltar que a inclusão de alunos neurodivergentes também traz benefícios para a escola como um todo. Quando a diversidade é valorizada e celebrada, todos os alunos têm a oportunidade de aprender com as diferenças, desenvolvendo empatia e habilidades sociais importantes. Professores relatam que, com o tempo, os próprios colegas de classe começam a compreender e a apoiar as necessidades dos alunos neurodivergentes, criando uma atmosfera de cooperação e respeito mútuo (Carmo, 2024).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008) reforça o direito de todos à educação, garantindo que alunos com necessidades educacionais especiais, incluindo aqueles que se identificam como neurodivergentes, tenham acesso ao ensino de forma equitativa. Para isso, é fundamental que as escolas implementem práticas pedagógicas que respeitem as especificidades de cada estudante e que os professores estejam equipados com as ferramentas necessárias para atender a essas demandas.

O objetivo deste estudo é discutir a importância da formação continuada de professores e o papel dos profissionais de apoio escolar na inclusão efetiva de alunos neurodivergentes. A análise se baseia em exemplos práticos e explora a articulação necessária entre os diversos atores envolvidos na mediação escolar, desde o professor até os alunos e equipe pedagógica, com base na literatura atual sobre inclusão e neurodiversidade.

Assim, o desafio da neurodiversidade na escola não é uma tarefa simples, mas também é uma oportunidade única de repensar a educação de forma mais inclusiva e humana. A criação de um ambiente escolar que abrace a diversidade em todas as suas formas é um compromisso com a equidade, o respeito e o desenvolvimento integral de cada aluno. As estratégias práticas de inclusão, como as adaptações curriculares, a mediação pedagógica e a formação continuada de professores, são passos concretos que garantem que a neurodiversidade seja celebrada e respeitada nas escolas. Ao criar espaços que respeitem as singularidades de cada aluno, estamos moldando uma sociedade mais justa e inclusiva.

2. Neurodiversidade na escola: uma revisão de literatura sobre inclusão e práticas pedagógicas

A neurodiversidade é um conceito que celebra as variações cognitivas e neurológicas humanas, reconhecendo que condições como o Transtorno do Espectro Autista (TEA), dislexia e TDAH são formas naturais de vivenciar o mundo. Ao abordar a inclusão de alunos neurodivergentes no ambiente escolar, surgem tanto desafios

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

significativos quanto oportunidades enriquecedoras para promover práticas pedagógicas mais inclusivas. Esta revisão de literatura visa explorar a relevância da formação docente, o papel dos profissionais de apoio escolar e a implementação de estratégias pedagógicas flexíveis, a fim de garantir um ambiente acolhedor e adaptado às diferentes necessidades dos alunos.

A formação continuada dos professores é frequentemente apontada como uma das principais barreiras à inclusão eficaz de alunos neurodivergentes, ao mesmo tempo em que se apresenta como uma solução crucial. Amaral (2016) destaca que, sem a devida preparação, os educadores podem enfrentar dificuldades em adaptar suas práticas pedagógicas para atender às necessidades específicas de alunos com autismo. É fundamental que a formação docente aborde não apenas a socialização dos alunos, mas também o desenvolvimento acadêmico, garantindo que os educadores tenham as ferramentas necessárias para lidar com as particularidades do aprendizado neurodivergente.

A Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008) reforça a importância da capacitação contínua dos professores, enfatizando a necessidade de formação especializada que forneça conhecimentos práticos sobre a inclusão. Além disso, Marinho e Omote (2017) argumentam que as concepções dos futuros educadores sobre a educação inclusiva muitas vezes se restringem à socialização, deixando de lado estratégias que promovam um aprendizado efetivo e significativo para todos os alunos. A revisão de Marques et al. (2021) sobre metodologias ativas de ensino apoia a ideia de que educadores capacitados podem adotar abordagens que estimulem uma aprendizagem participativa e personalizada, permitindo que alunos neurodivergentes se tornem protagonistas de seu próprio aprendizado.

Além da formação docente, o suporte de profissionais de apoio escolar é essencial para a inclusão de alunos neurodivergentes. A Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) destaca a importância de uma equipe multidisciplinar que atue em conjunto para garantir a plena participação de todos os alunos no ambiente escolar. O mediador escolar desempenha um papel central, facilitando a comunicação entre o aluno neurodivergente, seus colegas e o professor, além de ajudar na adaptação de atividades e avaliações.

Glat (2018) enfatiza que uma cultura de colaboração é fundamental, onde os profissionais de apoio atuam como facilitadores do processo de inclusão. A presença de mediadores tem demonstrado ser crucial para criar um ambiente mais tranquilo e eficaz para a inclusão. Amaral (2016) ilustra casos práticos em que a presença de mediadores permite que alunos com autismo, por exemplo, se beneficiem de cronogramas visuais e rotinas estruturadas. Essas adaptações ajudam a reduzir o estresse causado por mudanças inesperadas no ambiente escolar, tornando a experiência educativa mais acessível.

Para que a inclusão de alunos neurodivergentes ocorra de maneira eficaz, é imprescindível que os professores estejam capacitados a utilizar estratégias pedagógicas diversificadas. Amaral (2016) sugere a adoção de recursos pedagógicos específicos, como

o uso de materiais visuais e a flexibilização do currículo, para atender às necessidades individuais de cada aluno. Tais estratégias não apenas garantem que os alunos com condições como o autismo se sintam mais confortáveis no ambiente escolar, mas também os ajudam a acompanhar as atividades acadêmicas em seu próprio ritmo.

Sasaki (2006) discute a construção de uma sociedade inclusiva e afirma que a verdadeira inclusão ocorre quando o ambiente escolar é adaptado às diferenças individuais de cada aluno. Portanto, além da capacitação dos professores, é necessário que a escola como um todo esteja comprometida em criar um espaço acolhedor e acessível para todos.

3. Método

A pesquisa qualitativa, conforme proposta por Gil (2008), foi realizada por meio de uma revisão bibliográfica abrangente, envolvendo fontes acadêmicas e estudos de caso relacionados à neurodiversidade no ambiente escolar. O estudo integrou contribuições de autores que exploram a educação inclusiva e a formação de professores, como Amaral (2016), que proporciona uma análise detalhada sobre a prática inclusiva direcionada a alunos com autismo, e Sasaki (2006), que discute os fundamentos da inclusão social. Também foram considerados documentos oficiais relevantes, incluindo a Política Nacional de Educação Especial (Brasil, 2008) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), os quais fornecem diretrizes essenciais para a implementação de práticas inclusivas nas instituições de ensino.

As principais referências incluem os estudos de Amaral (2016) sobre autismo e práticas educativas, a Política Nacional de Educação Especial (BRASIL, 2008), e textos acadêmicos voltados à formação docente e didática inclusiva, como os de Glat (2018) e Dalben e Flores (2020). A metodologia focou na análise crítica dessas fontes para propor recomendações aplicáveis ao contexto escolar.

4. Resultados e Discussões

A pesquisa realizada evidenciou a importância da formação continuada de educadores para que a inclusão de alunos neurodivergentes seja efetiva e abrangente. Educadores que participam de programas de capacitação específicos sobre neurodiversidade demonstram uma habilidade significativamente maior em identificar e atender às necessidades individuais desses alunos. O estudo de Amaral (2016) ressalta que a formação docente é um dos pilares fundamentais para promover a inclusão, enfatizando a necessidade de capacitar os educadores para que possam adaptar suas práticas pedagógicas a partir do entendimento das particularidades das condições neurodivergentes.

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

Além disso, a presença de mediadores escolares foi identificada como uma estratégia de sucesso em diversas instituições. Esses profissionais desempenham um papel crucial na articulação entre professores, alunos e a equipe pedagógica, promovendo um ambiente colaborativo. Glat (2018) sublinha a importância da mediação contínua e colaborativa entre os agentes escolares, que foi vital para a adaptação de currículos e práticas pedagógicas. Por exemplo, em uma sala de aula onde um aluno com autismo recebia apoio de um mediador, observou-se uma melhora significativa não apenas em sua participação nas atividades, mas também na interação social com seus colegas.

A formação de professores deve ser multidimensional, abordando não apenas o conhecimento teórico sobre as condições neurodivergentes, mas também o desenvolvimento de habilidades emocionais e práticas. Isso é especialmente relevante quando se trata de lidar com situações desafiadoras. Amaral (2016) sugere a importância de adaptar as atividades e avaliações, permitindo que os alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA) tenham o tempo e as condições necessárias para demonstrar suas competências. Assim, a capacitação se torna uma ferramenta vital para garantir que os educadores se sintam confiantes e preparados para lidar com a diversidade presente em suas salas de aula.

Um dos aspectos mais relevantes destacados na pesquisa é a utilização de recursos pedagógicos específicos. O emprego de materiais visuais, esquemas e a construção de rotinas estruturadas se mostraram como estratégias eficazes para o aprendizado de alunos com autismo e outras condições neurodivergentes. Por exemplo, a implementação de cronogramas visuais permite que esses alunos antecipem mudanças na rotina, diminuindo o estresse relacionado a situações inesperadas. Essas práticas, que podem ser facilmente incorporadas ao cotidiano escolar com o apoio da equipe pedagógica, garantem que todos os alunos consigam acompanhar o ritmo das aulas.

A capacitação docente deve incluir uma reflexão crítica sobre as metodologias de ensino. Segundo Marques et al. (2021), a adoção de metodologias ativas de ensino se revela como uma estratégia eficaz para promover a inclusão, pois estas incentivam o aluno a ser protagonista no seu processo de aprendizado. Essa abordagem não apenas diversifica a prática pedagógica, mas também cria oportunidades para que alunos neurodivergentes participem de maneira mais ativa nas atividades escolares, respeitando seu ritmo e estilo de aprendizagem.

Para que a inclusão escolar de alunos neurodivergentes aconteça, é necessário que os educadores compreendam que a formação continuada não se limita à aprendizagem de novas metodologias de ensino. É necessário que essa formação seja pautada em uma abordagem humanista, onde a empatia, o respeito às diferenças e a disposição para adaptar-se ao ritmo de cada aluno sejam valores fundamentais. Ciríaco (2020) destaca que a inclusão vai além da presença física na escola; trata-se de garantir que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, tenham acesso ao conhecimento e possam desenvolver suas potencialidades em um ambiente acolhedor e adaptado.

A mediação escolar, por sua vez, assume um papel central na articulação entre as necessidades dos alunos e as exigências do currículo. Sasaki (2006) afirma que o mediador é o agente que facilita a comunicação e a interação entre o aluno neurodivergente, o professor e a turma, promovendo uma cultura de inclusão baseada na compreensão mútua. A presença de um mediador não apenas facilita a inclusão do aluno, mas também permite que os professores e a turma compreendam as necessidades individuais, fomentando empatia e respeito.

É importante ressaltar que as adaptações curriculares não devem ser vistas como um "favor" feito ao aluno neurodivergente, mas sim como uma prática pedagógica legítima que visa respeitar o tempo e o processo de aprendizagem de cada um. Glat (2018) defende que a desconstrução de estereótipos é essencial para que a inclusão aconteça de forma colaborativa, evitando que o aluno seja marginalizado ou segregado.

Para que a equipe pedagógica esteja preparada para a inclusão, é fundamental que todos os membros da escola estejam comprometidos com esse processo. Isso envolve não apenas os professores e mediadores, mas também os coordenadores e gestores, que devem oferecer o suporte necessário para que a inclusão ocorra de maneira contínua e sustentável. Em suma, a neurodiversidade na escola requer um esforço coletivo e comprometido, onde a formação, a mediação e a adaptação de práticas pedagógicas se alinham para criar um ambiente educacional verdadeiramente inclusivo.

5. Considerações Finais

A neurodiversidade nas escolas demanda uma abordagem inclusiva e holística, na qual a formação docente contínua, o apoio de profissionais especializados e a adoção de práticas pedagógicas flexíveis são elementos-chave para o sucesso. A literatura revisada mostra que, embora a formação dos professores ainda represente um desafio, ela também se configura como um ponto de partida fundamental para a inclusão efetiva de alunos neurodivergentes.

A presença de mediadores e a articulação entre diferentes atores do ambiente escolar são essenciais para garantir que todos os alunos possam participar ativamente do processo educacional. Ao adotar essas estratégias, as escolas se tornam espaços mais inclusivos e respeitosos, promovendo um aprendizado significativo para todos os alunos, independentemente de suas particularidades cognitivas.

6. Referências

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION – APA. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais** (DSM 5TR). 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2022.

AMARAL, Lígia C. do. **Autismo e inclusão: psicopedagogia e práticas educativas**. São Paulo: Wak, 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

CIRÍACO, Flávia Lima. **Inclusão: um direito de todos**. *Educação Pública*, v. 20, n. 45, (2020). Disponível: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/29/inclusao-um-direito-de-todos>

CARMO, Cláudio Márcio do. Grupos minoritários, grupos vulneráveis e o problema da (in)tolerância: uma relação linguístico-discursiva e ideológica entre o desrespeito e a manifestação do ódio no contexto brasileiro. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 64, p. 201-223, 10 jun. 2024.

DALBEN, Ângela Loureiro Freitas.; FLORES, Maria José Batista Pinto. **O lugar da seleção e organização do conhecimento acadêmico no ensino de graduação**. In: VEIGA, I. P. A.; FERNANDES, R. C. A. Por uma Didática da Educação Superior. Editora Autores Associados, 2020. p. 101-120.

FARIAS, Isabel Maria Sabino; CASTRO, Frankson Francisco Mitiel, **Que caminho seguir?** Apontamentos sobre os objetivos educacionais no contexto da Educação Superior. In: VEIGA, I. P. A.; FERNANDES, R. C. A. Por uma Didática da Educação Superior. Editora Autores Associados, 2020. p. 79-100.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GLAT, Rosana. Desconstruindo representações sociais: por uma cultura de colaboração para inclusão. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 24, ed. especial, p. 9-20, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbee/a/46TchJ98ZcyvZ3Xb5X7ZkFy/?lang=pt&format=pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

LIBÂNEO, José Carlos. **Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos**, 2006, 21ª edição.

MARQUES, Humberto Rodrigues. et al. Inovação no ensino: uma revisão sistemática das metodologias ativas de ensino-aprendizagem. Avaliação: **Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 26, n. 3, p. 718-741, set. 2021 <https://doi.org/10.1590/S1414-40772021000300005>

MARINHO, Carla Cristina; OMOTE, Sadao. Concepções de futuros professores a respeito da educação inclusiva e Educação Especial. **Revista Educação Especial**, [S. l.], v. 30, n. 59, p. 629-642, 2017. DOI: 10.5902/1984686X28085. Disponível em:

VII JORNADA IBERO-AMERICANA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS EDUCACIONAIS E EXPERIÊNCIAS INTERDISCIPLINARES NA EDUCAÇÃO

Rio de Janeiro 4, 5 e 6 de dezembro de 2024

Local: Colégio Pedro II - Campus Tijuca II

<https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/28085>. Acesso em: 16 jun. 2024.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 4. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 41. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Unesco, 1994.

Vânia da Silva Ferreira

Bacharel em Psicologia e Doutoranda no Programa de Pós-graduação em Educação Especial na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).